

## Os feminismos e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980)\*

Janine Petersen\*\*

### Resumo:

A história da contracepção no Brasil contou com a participação de diversos personagens. Dentre eles podemos destacar o movimento feminista, que ressurgiu nas décadas de 60 e 70, não especificamente por causa da luta pela contracepção, mas que discutiu amplamente este assunto. Este artigo se propõe a perceber como o movimento feminista no Brasil, inserido em um contexto de Ditadura Militar, discutiu a questão da contracepção e o controle demográfico.

**Palavras-Chave:** História – Feminismo – Gênero – Contracepção

### Abstract:

The history of contraception in Brazil had diverse actors. Members of the women's movement were among them. The movement had resumed its activities in the 1960s and 1970s - not specifically because of the struggle for contraception - and promoted wide discussions about this subject. This article is intended to show how the women's movement in Brazil discussed contraception and population control during the period of the military dictatorship (1964-1985).

**Keywords:** History; Gender; Feminism; Contraception

Ao fazer parte da pesquisa “A medicalização da contracepção. 1960-1980”, orientada pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana Maria Pedro, tomei contato com um tema que nunca havia chamado minha atenção: O Movimento Feminista. A parte destinada a mim na pesquisa foi a investigação do debate feminista sobre a contracepção, e a relação do uso dos métodos contraceptivos com a autonomia das mulheres. Só então fui percebendo que o movimento luta por direitos e não por privilégios, luta contra a discriminação de todos os seres humanos e não só das mulheres. Reivindica a autonomia das mulheres para que não tenham seus corpos, seu respeito e principalmente seus direitos violados. Foi lendo artigos, livros e periódicos de feministas ou falando sobre o movimento, que passei a respeitar o feminismo e me interessar cada vez mais sobre o tema.

Cabe aqui, esclarecer o que se entende por feminismo. Segundo Maria de Almeida Teles:

Feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas

---

\* Este artigo tem por base duas fontes: a pesquisa realizada entre 1999-2001: “A medicalização da contracepção: conhecimento e autonomia (1960-1980)” sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana Maria Pedro e financiada pelo CNPq, e o projeto de Mestrado: “Entre silêncios e resistências: Movimento feminista em Santa Catarina (1970-1980).

-- Aluna do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. (Bolsista CNPq). Orientadora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana Maria Pedro.

sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.<sup>1</sup>

A mesma autora comenta sobre os objetivos do feminismo. Este busca desconstruir a idéia de desigualdade, inferioridade, ou complementaridade das mulheres em relação aos homens. Mas, afirma a diferença, compreendida “como ascensão histórica da própria identidade feminina”, e luta para “criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.”<sup>2</sup>

Foi a partir das discussões dos movimentos feministas que os(as) historiadores(as) e outros cientistas das ciências humanas e sociais, passaram a questionar a invisibilidade das mulheres na História e criaram a categoria de análise “gênero” para pensar as relações sociais entre os sexos.

No texto “Relações de gênero na pesquisa histórica”<sup>3</sup>, Joana Maria Pedro admoesta quanto as possibilidades da utilização de gênero como categoria de análise histórica. Segundo a autora, esta “ampliou o conceito funcionalista de papéis sociais, ao precisar a idéia de assimetria e de hierarquias nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações.”<sup>4</sup> Utilizando esta categoria de análise, amplia-se o olhar e conseqüentemente os argumentos, pois, serão discutidas e focalizadas as relações de poder e as construções sociais entre homens e mulheres.

Gênero é uma categoria essencial para a compreensão de “direitos reprodutivos” e do Movimento Feminista, assuntos também permeados pela discriminação e relações de poder. Utilizo o conceito, a partir do entendimento de Joan Scott, que diz: “Gênero é uma primeira maneira de dar significado as relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.<sup>5</sup> O artigo de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”<sup>6</sup>, centra sua problemática na significação da palavra gênero e de como esta categoria passou a ser usada pelos(as) historiadores(as) feministas, mostrando que “a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como 'sexo' ou 'diferença sexual’.”<sup>7</sup> Gênero é uma forma de apontar desigualdades construídas socialmente, envolvendo as relações de poder, que podem incluir o sexo, mas sem serem determinadas por ele. Em um trabalho que se propõe a estudar questões que dizem respeito não apenas às mulheres, mas sobretudo às relações em que elas estão inseridas, a utilização deste conceito se mostra como algo fundamental.

Outro conceito de suma importância para este trabalho, diz respeito aos “direitos reprodutivos”, que são entendidos como a possibilidade de controlar a reprodução. Constitui-se no “direito das mulheres de regular sua própria sexualidade e capacidade reprodutiva, bem como exigir que os homens assumam a responsabilidade pelas conseqüências do exercício de sua própria sexualidade”.<sup>8</sup> Os direitos reprodutivos são questões que dizem respeito aos direitos femininos, ou seja, é a reprodução tratada pela primeira vez como um direito social a ser adquirido e formalizado. O conceito de direitos de reprodução foi formulado pelo movimento internacional de mulheres, reiniciado após a década de sessenta, e pelos grupos que, ao longo das últimas décadas, voltam-se mais especificamente para as questões da saúde feminina. São um elemento fundamental dos direitos humanos. Eles incluem o direito a viver a sexualidade com prazer.<sup>9</sup>

Observamos que a história da contracepção no Brasil contou com a participação de diversos personagens. Dentre eles podemos destacar os Organismos Internacionais, subvencionadores de programas de controle de natalidade no país, preocupados com o crescimento da população mundial, principalmente da população pobre. E o movimento

feminista, que ressurgiu nas décadas de 60 e 70, não especificamente por causa da luta pela contracepção, mas que discutiu amplamente este assunto.

O feminismo pensado como um movimento social de mulheres e homens que vem buscando relações de poder mais equilibradas entre os gêneros, tem uma longa história de atuação que pode ser encontrada em todos os países ocidentais. Entretanto, em cada país assumiu uma configuração diferenciada. Inúmeras vezes este movimento foi influenciado por outros, ou seja, pode-se observar em vários momentos uma migração de idéias e de plataformas de lutas. Mesmo assim, estas idéias tiveram que se adaptar às configurações políticas que cada lugar vivia em diferentes épocas. No Brasil, o movimento feminista ressurgiu nas décadas de 60 e 70, em meio à Ditadura Militar.

Ao promover 1975 como o Ano Internacional da Mulher, a ONU abre a possibilidade de um espaço de articulação para as mulheres. Dentre as discussões suscitadas pelo ressurgido movimento, estava a questão da contracepção. Esta foi amplamente debatida, sendo um dos objetivos deste artigo abordar esta discussão, bem como as divergências entre as feministas sobre este tema.

Em 1964 instala-se no Brasil uma Ditadura Militar. A censura e a repressão se instalaram no país progressivamente. Assim, enquanto em países que mantiveram a democracia observou-se a organização dos movimentos feministas promovendo amplas discussões, no Brasil as possibilidades de debate foram restritas, quando não impedidas pela ditadura.<sup>10</sup>

Em 1964, após o golpe militar, surgiram dois fortes grupos de debates que defendiam idéias diferentes a respeito do controle de natalidade: “anticontrolistas” e os “antinatalistas”. Os primeiros defendiam a opinião de que o Brasil precisava povoar todo o seu território para enriquecer, sustentando a idéia de segurança nacional. Para os mesmos, as causas dos problemas sociais não estariam relacionadas com o número da população. Dentro desse grupo encontravam-se os militares e a Igreja, que recriminava o sexo por prazer e a utilização de métodos contraceptivos artificiais. E o segundo grupo era a favor do controle demográfico como forma de desenvolver o Brasil. Além disso, havia o temor que com o elevado crescimento demográfico, a economia se estagnaria ou não daria conta da demanda. Dentro deste grupo encontravam-se alguns políticos e economistas.

O impasse dos dois blocos de opinião, inviabilizou uma posição oficial sobre o controle da natalidade no país. O Governo brasileiro recebeu, no início dos anos sessenta, inúmeras pressões de organismos internacionais para adotar alguma forma de controle da natalidade. Visavam reduzir a população pobre, sendo este segmento considerado uma séria ameaça política por seu potencial de subversão.<sup>11</sup> A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, havia despertado os interesses internacionais pelo controle da natalidade nos países da América Latina, pois temia-se que a população mais pobre pudesse aderir às idéias comunistas.

A idéia da ameaça comunista foi sendo substituída pela preocupação de uma “explosão demográfica”, que acabou legitimando uma série de programas de “planejamento familiar”, destinados às camadas baixas, visando a redução da natalidade. O Estado mesmo, até a década de 80, não tomou nenhuma atitude controlista. Todavia, abriu espaço para que as entidades civis internacionais atuassem, como a IPPF - International Planning Parenthood Federation - Órgão financiador de programas de controle de natalidade como a BEMFAM, que distribuiu gratuitamente, pilulas para milhares de mulheres pobres neste país.<sup>12</sup>

A sociedade Civil de Bem-Estar familiar no Brasil, BEMFAM, foi fundada no dia 26 de novembro de 1965, durante a última sessão da XV jornada de Ginecologia e Obstetrícia. Foi criada com o objetivo de “promover e propugnar pelo bem-estar da família, como cédula constitutiva da nação”,<sup>13</sup> tendo como primeiro Diretor Walter Rodrigues e sendo presidida pelo professor Octávio Rodrigues Lima. Esta instituição foi patrocinada pelo organismo internacional não governamental IPPF, com sede em Londres e atuação em todas as partes do mundo.<sup>14</sup> A BEMFAM se dizia uma organização com fins não lucrativos, “dedicada à assistência social em saúde reprodutiva” dando “ênfase ao trabalho informativo-educativo e aos estudos para conhecimento da realidade de seu país, procurando contribuir para a adequação e melhoria das ações nessa área”.<sup>15</sup>

A BEMFAM foi a primeira entidade ligada ao controle de natalidade a ser criada no Brasil. Para Délcio Fonseca Sobrinho “mais que a distribuição de pílulas ou DIUS seu grande produto foi : a construção de um discurso de convencimento, de uma ideologia justificativa do planejamento familiar”.<sup>16</sup> Em vários documentos a entidade afirmava que sua preocupação não estava ligada ao tamanho da população. Era usado como argumento para implantação de uma política oficial de limitação da natalidade, a existência de um número muito alto de abortos provocados no Brasil. Entretanto ficava claro que a questão principal da defesa do planejamento familiar para muito de seus adeptos, era a redução da pobreza.<sup>17</sup> O professor Otávio Rodrigues Lima, fundador e presidente da BEMFAM, no Jornal da Tarde no ano de 1977, faz uma declaração que transparece esta tendência: “ A campanha que ora se faz contra o planejamento familiar interessa sobretudo, ao comunismo internacional, que precisa de superpopulações miseráveis, vivendo nas favelas da América do Sul, para realizar aqui sua revolução social”.<sup>18</sup>

Esta entidade recebeu diversas críticas de vários segmentos da sociedade. Entre estes, encontram-se os grupos feministas, que criticaram de forma intensa as atividades e discursos da BEMFAM. Entendiam que esta entidade impunha uma forma de controle de natalidade com argumentos sócio – econômicos (diminuir a população pobre e conseqüentemente melhorar as condições sociais), encobertos como planejamento familiar para o bem-estar da sociedade. Para as feministas, ao efetuar seus planos, a entidade não levava em conta o direito das mulheres em optar por qual método queriam utilizar, se quisessem e também o direito de conhecerem seus efeitos. As mulheres, segundo as feministas, tinham seus corpos violados e eram tratadas muitas vezes como “máquinas que pode ou não fazer filhos conforme a produção estipulada pelo computador central do Estado”.<sup>19</sup>

É interessante observar, que a IPPF - International Planning Parenthood Federation, patrocinadora da BEMFAM, foi também o órgão financiador de uma associação de mulheres na França, a MFPP - Mouvement Français pour le Planning Familial. Com a clara diferença de que no Brasil, as feministas eram contrárias às idéias da entidade patrocinada, e na França, as feministas consideraram que a associação MFPP beneficiou as mulheres, promovendo a liberação de seus corpos e sua vida.

Foi para combater a lei de 1920, que punia a prática do aborto e a divulgação de métodos contraceptivos e dedicar-se aos estudos dos problemas da maternidade, da natalidade e de suas repercussões sociais e familiares, que, em 1956, um grupo de mulheres francesas formaram uma associação chamada “Maternité Heureuse”. Esta associação pretendia promover, na França, o planejamento familiar, e se diferenciava dos antigos neo-malthusianos. Em 1958, a “Maternité Heureuse”, que era coordenada pela médica Marie-Andrée Lagroua Weill-Hallé, associou-se à IPPF – International Planned Parenthood Federation a mesma que, no Brasil, financiava a BEMFAM. Em 1960, a “Maternité Heureuse » mudou seu nome para MFPP.<sup>20</sup>

Houve uma grande diferença entre a inserção de contraceptivos “modernos” no Brasil, que vivenciava um processo de Ditadura e países considerados desenvolvidos e democráticos, como a França e a Itália por exemplo. Enquanto no Brasil, DIUs e pílulas anticoncepcionais eram distribuídos gratuitamente para a população pobre e comercializados sem problemas, na França, se reivindicava a descriminalização do aborto e a gratuidade de contraceptivos seguros.<sup>21</sup> Segundo Joana Maria Pedro:

No Brasil, nos anos 60 e 70, os contraceptivos hormonais vieram acompanhados de argumentos que prometiam: a) redução da pobreza e da ameaça do comunismo; b) redução das práticas de aborto clandestino; c) autonomia para as mulheres.

Nesta mesma época, na França, os novos contraceptivos foram acompanhados de argumentos que visavam demonstrar que estes: a) não fariam cair a taxa de crescimento populacional; b) reduziriam os abortos; c) proporcionariam a harmonia entre os casais; e) proporcionariam a autonomia das mulheres.<sup>22</sup>

Sair do Brasil e se exilar em certos países após o golpe militar em 1964 e principalmente após o acirramento da pressão com o AI-5, foi a opção de muitos intelectuais de esquerda. A maior parte das mulheres que partiram, o fizeram para seguir seus companheiros. E muitas entraram em contato com o movimento de liberação das mulheres em países europeus, que no início da década de 70 “se encontrava em pleno apogeu, na fase da proliferação dos grupos de consciência, das grandes passeatas e outras formas de mobilização em torno de questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à opressão patriarcal dentro e fora da família.”<sup>23</sup>

O Movimento Feminista no Brasil ressurgiu nestas décadas de 60 e 70 com outras reivindicações. Trouxe à tona temas da vida privada e do cotidiano como: a sexualidade, a contracepção, a violência, a maternidade, o aborto, a questão salarial, impulsionando um “questionamento político-cultural”.<sup>24</sup> Numa agitada conjuntura, as mulheres voltaram a emergir de forma organizada no cenário político nacional. Setores Progressistas da Igreja Católica, juntamente com clubes de mães, criaram e impulsionaram o Movimento de Custo de Vida, no qual faziam reivindicações de creches, cooperativas e congelamento de preços. Concomitantemente, a ONU instituiu 1975, como o Ano Internacional da Mulher, inaugurando a década da mulher. Esta oportunidade inédita, “abre um campo de possibilidades há muito restrito e limitado pelo regime autoritário”.<sup>25</sup>

Algumas mulheres aproveitaram a oportunidade e sob o patrocínio da ONU e da Associação de Imprensa, realizaram uma “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira” de 30 de junho a 6 de julho de 1975, no Rio de Janeiro. A partir deste evento foi criada a primeira associação neo-feminista: o Centro da Mulher Brasileira e começaram a se organizar grupos de mulheres em outros estados.<sup>26</sup>

Em 1975, surgiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, espaço onde várias brasileiras puderam expressar-se sobre temas da vida privada, pela primeira vez. As participantes do Círculo enviavam cartas, documentos e publicações aos grupos feministas no Brasil que haviam se formado a partir de 1975. Mas a influência foi notavelmente mais forte e marcante, a partir do retorno das exiladas em 1979 com a lei da Anistia. “De retorno aos vários estados de onde provinham, as ex-integrantes do círculo criaram grupos de mulheres ou integraram os já existentes, imprimindo-lhes novas direções e até em alguns casos, provocando fracionamentos e criando novos grupos”.<sup>27</sup> Embora o movimento tenha produzido publicações anteriormente, somente com o espaço aberto pelo Ano Internacional da Mulher é que houve condições favoráveis para o surgimento de

jornais feministas tais como: *Brasil Mulher* (Londrina, 1975-80) *Nós mulheres* (São Paulo, 1976-78) e *Mulherio* (São Paulo, 1981-87).

O movimento feminista no Brasil abriu inúmeras frentes de luta a partir de meados da década de 70, mas não foi homogêneo. A maior prova disto são as três diferentes tendências encontradas nos referidos jornais. *O Brasil Mulher*, surgiu como um jornal no intuito de contribuir para a transformação da sociedade, sem ser rigorosamente feminista. Tratava mais sobre questões públicas, como saneamento básico, necessidade de creches e desigualdades sociais, focalizando superficialmente questões de âmbito privado, tais como a sexualidade, aborto e contracepção. Questões específicas sobre a condição das mulheres eram preteridas em detrimento dos problemas gerais da sociedade.

O *Nós Mulheres*, já se proclamava feminista, desde sua criação. Era mais radical no questionamento do machismo e da discriminação cultural das mulheres. Este periódico deixava em segundo plano a sexualidade, a feminilidade e a beleza, palavras que para o feminismo da época, estavam associadas à fraqueza, burrice, futilidade. As feministas de ambos jornais defendiam a causa das mulheres pobres, não se assumindo inteiramente como sujeitos também discriminados.

Já o jornal *Mulherio*, nasceu em um contexto diferente, após a anistia e já no processo de abertura política. Isso permitiu que as mulheres pudessem assumir sua feminilidade e se voltassem para temas mais ligados ao privado. Estes temas passaram a ser tratados de forma mais “aberta”, já que a terrível pressão da Ditadura era agora bem mais amena. As mulheres poderiam agora expressar seus sentimentos e anseios. Este jornal se propunha a abarcar e abrir espaço a todos os feminismos, tratando sobre temas diversos, de forma mais aberta e menos dogmática.<sup>28</sup> Este jornal nascido já dentro de uma nova perspectiva do feminismo, busca desconstruir os estereótipos femininos e valorizar as questões especificamente femininas.

Os três jornais denotam posições e posturas diferentes entre os grupos feministas. Estes três periódicos vão discutir os problemas das mulheres, principalmente sobre a questão da contracepção, embora denotem posições diferentes. As feministas, na época, lutavam contra a “política de tornar a mulher um objeto passivo”<sup>29</sup>. Eram, entretanto, a favor do controle familiar, desde que a mulher tivesse acesso às informações sobre os métodos contraceptivos, acompanhamento médico e o direito de decidir qual o método que gostaria de usar, se desejasse. As mulheres, diziam, querem ter a “liberdade de decidir quando querem ou não ter filhos”. E “deveria ser função do Estado fornecer, por um lado, os meios anticoncepcionais, os esclarecimentos e a assistência médica necessária e por outro lado, criar condições materiais para que as famílias possam ter o número de filhos que desejarem.”<sup>30</sup>

Em relação à contracepção, estes periódicos traziam informações sobre os métodos, além de críticas e denúncias aos abusos e imposições cometidos pelos governos, órgãos internacionais, médicos e a indústria farmacêutica. Mas mesmo entre os grupos feministas, haviam divergências em relação à contracepção. Em um artigo do jornal *Brasil Mulher*: “Pílula...Ora Pílula”, as mulheres desabafam:

A mesma pílula de certo fabricante é tomada por jovens de 17 anos e senhoras de mais de 40 anos de idade, pelas magras e as gordas, pelas altas e as baixas, pelas robustas e as franzinas, pelas que menstruam normalmente e pelas que fazem de modo anormal, pelas mulheres calmas, nervosas ou deprimidas, pelas que tem apetite sexual normal ou não, COMO SE TODAS ESSAS MULHERES FOSSEM ABSOLUTAMENTE IGUAIS.(...)<sup>31</sup>

Neste mesmo artigo há uma advertência quanto ao uso da pílula, onde as mulheres são aconselhadas a jogar fora suas pílulas:

Prezada leitora: JOGUE FORA a ‘pílula’. Mas faça isso agora, imediatamente, assim que acabar de ler este artigo de solidariedade a você. E aconselhe sua amiga a fazer o mesmo ou, então, não se queixe amanhã, amargamente, de não ter sido advertida a tempo.<sup>32</sup>

Já num artigo do jornal *Nós Mulheres*, a contracepção é tratada como emancipadora e benéfica, mostrando as diferenças de posições entre os jornais:

Quando a mulher pode dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina. Para as mulheres, agora, ficou mais fácil escolher se desejam ou não ter filhos e, desta maneira, amar sem temor da gravidez indesejada.<sup>33</sup>

As feministas lutavam para que a autonomia das mulheres fosse sempre respeitada. E em um artigo do jornal *Nós Mulheres*, reivindicam isto:

“Não tenham mais de dois filhos” dizem-nos na Índia. “Tenham muitos filhos” diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlam-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-lo, se assim preferirmos.<sup>34</sup>

A proposta de diminuir a pobreza, não permitindo que nascessem os pobres, era criticada, pois segundo elas, “nos países desenvolvidos o controle da natalidade acontece naturalmente, como resultado de um padrão de vida melhor. O crescimento populacional excessivo é portanto consequência e não causa da miséria.”<sup>35</sup>

Além das discussões feitas em periódicos feministas, outros jornais também abriram espaço para as mulheres se manifestarem a respeito dos programas de planejamento familiar. Branca Moreira Alves, no *Jornal do Brasil*, na década de 70, fala sobre a posição das feministas:

Achamos necessário acrescentar às críticas, o ponto de vista que mais de perto nos toca: nosso próprio corpo, tendo em vista os efeitos colaterais do uso indiscriminado da pílula anticoncepcional e, por outro lado, considerando a precariedade da assistência médica no Brasil, denunciamos a implementação de um plano que colocará em risco a saúde de um grande número de mulheres.<sup>36</sup>

Os jornais feministas, na década de 70 e 80, discutiram amplamente este assunto. O jornal *Mulherio*, já da década de 80 e, portanto em outro contexto político, cultural e social, também traz vários artigos sobre a contracepção. Em 1983 trazia um artigo de Carmem Barroso, feminista conhecida desde os anos 60, no qual a contracepção era debatida em especial, com uma crítica às laqueaduras que estavam sendo feitas.

Para a maioria das mulheres, a crise e a impossibilidade de a família servir como refúgio seguro são determinantes estruturais da decisão de se submeter a uma cirurgia irreversível para controlar a fecundidade [...] No entanto, o desejo de um método eficaz, não pode ser reduzido apenas a condições econômicas. O controle da fecundidade também envolve as questões relacionadas à autodeterminação da mulher.[...] Deve-se proporcionar às mulheres o acesso a meios anticoncepcionais e seguros, com acompanhamento.<sup>37</sup>

Em outro artigo do *Mulherio*, trata-se sobre o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), programa este, considerado benéfico às mulheres :

O PAISM [...] encara o planejamento familiar como um direito de saúde da população feminina, do qual deve incumbir-se o Estado e, mais especificamente, seu ministério afim. Segundo o PAISM, a mulher brasileira deve ter acesso, através do INAMPS, a toda sorte de informação e assistência sobre o funcionamento de seu próprio corpo, incluindo exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer. E, nesse contexto, a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de sua escolha, com vistas a seu bem-estar pessoal e ao de sua família.<sup>38</sup>

Os jornais feministas também criticaram ferremente a BEMFAM, entidade civil, referida anteriormente. Em um artigo do periódico feminista *Brasil Mulher*, intitulado “o Planejamento familiar da miséria”, as feministas denunciam a BEMFAM como causadora de muitos problemas, incluindo esterilizações por uso indevido da pílula, que é distribuída maciçamente às mulheres pobres. Segundo o artigo, entrega-se o anticoncepcional sem mostrar às pacientes suas contra-indicações, divulgando apenas que famílias que têm menos filhos, são mais felizes e que os problemas sociais e a miséria estão intrinsecamente ligados ao número de filhos que os casais tenham. “O verdadeiro aspecto da questão: a miséria, deixa de ser problema social para se tornar escolha de um casal.” Neste artigo, o argumento é que o controle da natalidade estaria desviando a atenção de outros problemas mais graves como subnutrição, falta de assistência médica gratuita e má distribuição de renda.<sup>39</sup>

Várias denúncias foram, então, feitas aos programas de controle da natalidade que visavam reduzir a população pobre. No artigo “Continuamos nascendo” do jornal *Brasil Mulher*, são apresentadas várias destas denúncias o qual inicia-se com uma frase que demonstra bem o teor das críticas: “Incapaz de multiplicar os pães, o sistema faz o possível para eliminar os comensais”.

O periódico feminista *Nós Mulheres* também dirige críticas à BEMFAM, dizendo que esta organização, que se diz preocupada com o Planejamento Familiar, distribui pílulas e DIUS de forma maciça e arbitrária. Calcula-se que só no ano de 1975, mais de 3 mil mulheres foram esterilizadas na região Transamazônica através desta sociedade. “As verbas para este programa já em 1973 chegaram a 3 bilhões de dólares, que devem ter feito a felicidade de muita indústria farmacêutica, e que poderiam ter contribuído para o desenvolvimento de planos de saúde, saneamento, creches, educação e muito mais.”<sup>40</sup>

As mulheres do movimento feminista brasileiro que conseguiam espaço de manifestação na segunda metade da década de 70, assumiam tardiamente uma luta que já começava na Europa e nos Estados Unidos no início da década de 60. Assim, as palavras de ordem “nosso corpo nos pertence” e “um filho quando eu quiser, se quiser” só passaram a fazer parte do repertório das mulheres brasileiras na segunda metade da década de 70. A Ditadura Militar, iniciada em 31 de março 1964, dificultava (quando não impossibilitava) qualquer manifestação popular, assim como reuniões, associações, debates. As feministas aproveitaram a “abertura” deixada pela instituição do Ano Internacional da Mulher, em 1975, pela ONU, para se manifestarem em meio à Ditadura. Mas, a luta do movimento feminista contra à imposição de programas de controle da natalidade, pode ser pensada como uma das manifestações sociais contra as políticas públicas que estavam tornando o corpo das mulheres brasileiras campos de prova de medicamentos recém fabricados. Pode-se dizer que estas manifestações, assim como outras resultantes do ressurgimento do movimento feminista no Brasil, significavam o início de uma sensível mudança nas relações de gênero.<sup>41</sup>

As mulheres, de seres passivos e campo de experiências de políticas públicas, passavam a iniciar um movimento de protesto que colocava em cheque o governo militar e a política de dominação de gênero. Convém lembrar aquilo que nos aponta Gayle Rubin

Sexo é sexo em qualquer período e lugar, mas o que conta como sexo é tanto determinado como obtido culturalmente. Toda sociedade tem um tipo de sistema de sexo/gênero - um elenco de formas pelas quais o material cru, biológico, relativo às relações sexuais e a procriação é moldado pela intervenção humana e social.<sup>42</sup>

Segundo Miriam Goldemberg, os anos 80 iniciam-se de forma bastante próspera para as mulheres brasileiras, em diversos aspectos. São criados centros de estudos sobre a mulher nas universidades sendo que o primeiro centro, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), foi criado em 1981 na PUC-RJ. Cresce o número de teses sobre temas exclusivamente femininos. As forças armadas, as polícias civis e militares começam a aceitar mulheres em seus quadros.<sup>43</sup>

Ao mesmo tempo em que significou um período repleto de “ganhos”, os anos 80 marcaram também, um momento de desmobilização política, onde ocorre uma nova fase de reestruturação do país e um acanhamento dos movimentos sociais organizados, dentre eles o movimento feminista. “O feminismo deixa de ser algo praticado em alguns grupos reduzidos e específicos para tornar-se algo mais difuso, perpassando vários espaços da sociedade”.<sup>44</sup>

Atualmente, o feminismo vem ganhando força nas academias, principalmente nas Ciências Humanas, onde as questões relativas aos sujeitos, tanto homens quanto mulheres, são constantemente repensadas e permeadas por novos olhares. O movimento não vem ganhando visibilidade apenas nas universidades, mas também em todos os segmentos da sociedade, incitando discussões mundiais.

---

## Notas

<sup>1</sup>TELES, Maria de Almeida. Breve História do Movimento Feminista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> PEDRO, Joana Maria Pedro. Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História 2. Florianópolis: 3º Milênio, 1994.

<sup>4</sup> Idem. p. 40

<sup>5</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, Jul/dez. 1990.

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Idem. P.5

<sup>8</sup> AZEREDO, Sandra; STOLKE, Verena. (cord) Direitos Reprodutivos. São Paulo : FCC/DPE, 1991. p.3

<sup>9</sup> CORREA, Sônia. Direitos reprodutivos como direitos humanos. Os direitos reprodutivos e a condição feminina. SOS Corpo – Grupo de saúde da mulher. Recife: SOS, 1989.

<sup>10</sup> GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberalização em uma ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, UFRJ (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1987.

<sup>11</sup> FONSECA Sobrinho, Délcio da. Op. Cit.

<sup>12</sup> FONSECA SOBRINHO, D. da Op. Cit.

<sup>13</sup> Idem. P.101

<sup>14</sup> Nascer ou não nascer eis a questão em 1968. O JORNAL. 02/11/1967.

<sup>15</sup> BEMFAM. Pesquisa Nacional sobre demografia e saúde PNDS, 1996 – Região Sul. Curitiba: Seminário para apresentação da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 1996. (mimeo). E BEMFAM. Pesquisa Nacional sobre demografia e saúde. Rio de Janeiro: Bemfam, 1997, p.XXX.

<sup>16</sup> FONSECA SOBRINHO, Délcio da. Op Cit. P. 106

<sup>17</sup> Idem.

- <sup>18</sup>Planejamento familiar da miséria. Brasil Mulher ano 2 – 1977 n. 7
- <sup>19</sup> SALGADO, Laura. Controle de natalidade: ser ou não ser mãe. Nós Mulheres, Ano I, nº1. 06/76
- <sup>20</sup> PEDRO, Joana Maria. Nouvelles Methodes contraceptives et nouveaux rapports de couple ao Bresil e ten France. Texto apresentado na UNVERSITE PARIS 7-DENISDIDEROT no SÉMINAIRE PLURIDISCIPLINAIRE DU DEA “SOCIÉTÉS OCCIDENTALES, TEMPS, ESPACES, CIVILISATIONS ”OPTION “SEXES ET SOCIÉTÉS” : “Hommes-femmes: identités et échanges” sob a direção de Régine Dhoquois e Gabrielle Houbre, no dia 30 de janeiro de 2002 em Paris/França.
- <sup>21</sup> Entre os anos de 1972 e 1973, o MLAC – Movimento pela Liberação do Aborto e da Contracepção, fundou vários lugares onde se poderia obter informações sobre o aborto e a contracepção. Ver GOLDBERG, Anette Velasco e Cruz. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na França e no Brasil. Pg. 33-59. In. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual / organização de Madel T. Luz- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- <sup>22</sup> PEDRO, Joana Maria. Nouvelles Methodes contraceptives et nouveaux rapports de couple ao Bresil e ten France. Op.Cit.
- <sup>23</sup> GOLDBERG, Annette. Op.Cit. p.70
- <sup>24</sup> MANINI, Daniela. Crítica Feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. In Cadernos AEL. Campinas. Nº ¾, 1995-1996. p.46-47
- <sup>25</sup> GOLDBERG, Annette. Op.Cit p.94-96
- <sup>26</sup> Idem p.96
- <sup>27</sup> GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberalização em uma ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, UFRJ (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1987. p 32
- <sup>28</sup> FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras - Imagens do feminismo no Brasil. Cadernos AEL. Campinas: nº ¾, 1995/1996. p.170-195.
- <sup>29</sup> Feminismo rejeita programa de gravidez de alto risco. Jornal do Brasil. 02/10/77
- <sup>30</sup> Mulher, patrimônio social do Estado. Brasil Mulher. Ano 3, nº 12. P.15, 04/78
- <sup>31</sup> Pílula...Ora Pílula. Brasil Mulher. Nº 1, dez.1975, ano 1. p.7
- <sup>32</sup> Idem.
- <sup>33</sup> Sexo: Pecado para as mulheres. Nós Mulheres, n. 6. São Paulo, ago.-set.1977.
- <sup>34</sup> Idem.
- <sup>35</sup> Idem.
- <sup>36</sup> Feminismo rejeita programa de gravidez de alto risco. Jornal do Brasil. 02/07/77.
- <sup>37</sup> BARROSO, Carmem. Planejamento Familiar. Mulherio. Ano III, nº 14. P.5, julho-agosto/83
- <sup>38</sup> VILLAS, Leila. Controle de natalidade: a polêmica continua. Mulherio, n. 28. São Paulo, mar.-abr. 1987.
- <sup>39</sup> O planejamento familiar da miséria. Brasil Mulher ano 2 – 1977 n. 7
- <sup>40</sup> SALGADO, Laura. Controle de natalidade: ser ou não ser mãe. Nós Mulheres, Ano I, nº1. 06/76.
- <sup>41</sup> PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. Op. Cit.
- <sup>42</sup> RUBIN, Gayle. TheTraffic in women. In: REITER, Rayna. Towards an antropologia of womem. New York: Monthly Review Press, 1975. apud PEDRO, Joana Maria Relações de gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História - nº 2, 1994. p. 40
- <sup>43</sup> GOLDEMBERG, Miriam. A revolução das mulheres. Rio de janciro: Ed. Revan, 1992.p 40
- <sup>44</sup> Idem.p 41